

Gelson Pelegrini¹

Marcio Gazolla²

A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar

Introdução

O território do Médio Alto Uruguai (RS) é tipicamente um local colonizado por imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses, dentre outras etnias. É uma região de colonização recente, se comparada às demais regiões do Rio Grande do Sul: as colônias dessa região foram formadas a partir de 1925, enquanto a constituição da Comissão de Terras, em Palmeira das Missões, que era responsável pela demarcação dos lotes, ocorreu em 1917. Esta característica fez com que o norte do Rio Grande do Sul desenvolvesse sistemas produtivos com a predominância da lógica da agricultura familiar, como forma social de produção e trabalho.

O desenvolvimento da agricultura familiar nesse território passou por várias fases. Podem-se distinguir três momentos

¹ Professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI)-campus de Frederico Westphalen. E-mail: gelsonpelegrini@fw.uri.br.

² Professor da Universidade de Santa Maria - campus de Frederico Westphalen. E-mail: gazolla@smail.ufsm.br.

bem diferentes. Um primeiro momento da colonização foi o desbravamento das matas e a constituição de atividades agropecuárias desenvolvidas quase que exclusivamente visando o autoconsumo das famílias. Uma segunda fase, que compreende uma maior integração ao mercado e o início do processo de especialização produtiva, é o período de 1935 a 1960. E, por fim, o período que vai de 1960 até o início dos anos 1990 caracteriza-se pela intensa mercantilização da agricultura familiar e pelo seu contínuo empobrecimento econômico e social.

Assim, até meados da década de 1990, a agricultura familiar do referido território reproduziu-se com base em relações claramente mercantilizadas que a levaram a uma crescente fragilização. Devido à crescente dependência de insumos e tecnologias externas, a pequena propriedade foi obrigada a voltar-se quase que totalmente para o mercado desses fatores de produção. Somente após os anos 1990 é que começa a haver um modesto movimento, porém contínuo, de diversificação econômica e produtiva no seio das famílias rurais desse território. Observa-se aí o surgimento das agroindústrias familiares e de outras atividades produtivas, de serviços, atividades não agrícolas e outras que se desenvolvem no espaço rural.

No presente artigo, entende-se a agroindústria familiar como uma estratégia de reprodução social dentro do grande universo empírico do que se costuma chamar, a partir dos anos de 1990, de agricultura familiar. A agricultura familiar, por definição, tem múltiplas estratégias reprodutivas. O presente texto se preocupa somente com a agroindustrialização da produção primária e com o papel desempenhado pelos empreendimentos agroindustriais familiares no processo mais amplo de desenvolvimento rural. Assim, nosso foco principal são as estratégias das

famílias rurais em torno da sua agroindústria, em toda a cadeia dos produtos *in natura* e processados. O artigo analisa aspectos ligados à produção da matéria-prima, ao processamento e fabricação dos produtos etc.

Assim, a agroindústria familiar a que se alude na presente análise é uma das estratégias de reprodução social da agricultura familiar do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Entende-se a agroindústria familiar como uma atividade de produção de produtos agropecuários com sua consequente transformação em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao produto final. Além disso, deve-se ressaltar que nestes empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar que é o que empresta sentidos, significados e as estratégias adotadas nessa atividade.

Como definiu Mior (2005), a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorre geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico (IDEM: 191). Ressalta-se que a agroindústria familiar que esta pesquisa trata é estritamente a de produção e processamento de alimentos, mesmo que se façam alguns comentários a respeito de outros tipos de agroindústrias que entraram na pesquisa em menor número.

A pesquisa que deu origem aos dados aqui apresentados intitula-se “Caracterização e análise das agroindústrias familiares da Região do Médio Alto Uruguai” (CAAF, 2006) e foi desenvolvida nos anos de 2006 e 2007, com a sua base de dados sendo coletada com relação ao ano de 2005 (janeiro

a dezembro). Ela resulta de uma parceria institucional entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-campus de Frederico Westphalen) e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI- campus de Frederico Westphalen). Esta pesquisa se caracteriza, principalmente, pelo seu caráter *inovador e pioneiro*, pois segundo averiguações, com exceção do estudo localizado de Pellegrini (2003) e amostral de Markoski e Calegaro (2006),³ nenhuma pesquisa e análise desta envergadura (com um caráter territorial) tinha sido realizada nesta porção norte do território gaúcho acerca da temática da agroindústria familiar. A pesquisa contou com um banco de dados no qual 106 empreendimentos familiares foram investigados, aplicando-se um questionário com perguntas abertas e fechadas, nos 30 municípios pertencentes à Região do Conselho de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (Codemau)⁴.

Como objetivo geral, a pesquisa CAAF quis identificar e analisar as agroindústrias familiares do território do Médio Alto Uruguai buscando explicitar os fatores potenciais e limitantes no processo de agroindustrialização. Como objetivos específicos, a pesquisa teve o intuito de: a) cadastrar as agroindústrias familiares existentes no território do Médio Alto Uruguai (ativas e inativas); b) gerar um banco de dados das agroindústrias familiares, disponibilizando-o para as instituições e atores sociais de desenvolvimento; c) analisar os fatores potenciais do desenvolvimento das agroindústrias

³ O estudo de Pellegrini (2003) foi realizado no Município de Palmitinho-RS e o de Markoski e Calegaro (2006) no território do Médio Alto Uruguai com uma amostragem de 13 agroindústrias, embora nem todas fossem familiares.

⁴ A pesquisa CAAF (2006) recebeu financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), através do Edital Pró-Coredes n. 001\2005, a quem se agradece os recursos disponibilizados.

familiares no território; d) determinar os fatores limitantes do processo de agroindustrialização familiar; e) indicar possíveis alternativas para que houvesse um processo de fortalecimento da agroindustrialização.

Para alcançar tais objetivos, a abordagem realizada traz consigo intrinsecamente uma análise sociológica *crítica, reflexiva e dialética* dos processos sociais que são explicados à luz do que alguns estudiosos do “mundo rural” atualmente costumam chamar de *sociologia crítica*. Ou seja, uma maneira de abordar e realizar a análise dos processos sociais, econômicos e culturais etc. que leve em conta os seus múltiplos aspectos implicados na sua explicação, utilizando-se, para isso, tanto de conceitos teóricos fundamentais como de noções de explicação prática e do aprendizado junto à pesquisa de campo. Assim, o resultado é uma análise que, por vezes, consegue dar conta de uma explicação plausível dos fenômenos através de conceitos teóricos ora utilizando-se de categorias práticas de análise.

O artigo está dividido em cinco partes. Na primeira desenvolve-se um pequeno histórico do desenvolvimento da agricultura e da agroindústria familiar no território. Na segunda define-se o que se entende por agroindústria familiar dentro do universo empírico da pesquisa CAAF. Na terceira explicita-se na metodologia da pesquisa. Na quarta e quinta seção aborda-se o processo de agroindustrialização no território.

Histórico e caracterização do território do Médio Alto Uruguai

Situado geograficamente no norte do Estado do Rio Grande do Sul, o Médio Alto Uruguai possui, quanto ao seu relevo, superfícies irregulares e cotas altimétricas que variam de 400 a 800m (PIRAN, 2001). Estas formas de relevo não permitem

mecanização plena da superfície agrícola, ocorrendo principalmente nas propriedades localizadas nas áreas mais planas, por conta de um relevo menos acidentado bem como de uma melhor qualidade do solo. No tocante à cobertura vegetal do Alto Uruguai, Piran (2001) afirma que esta apresenta dois traços distintos: ao norte, o predomínio da floresta subtropical entremeada pela araucária e, ao sul, uma vegetação campestre, às vezes recortada pela penetração da floresta subtropical.

De acordo com o IBGE, no ano 2000, a microrregião de Frederico Westphalen contava com uma população total de 184.762 habitantes, sendo 45,3% urbana e 54,7% rural.⁵ Usando recorte espacial semelhante, a Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado do Rio Grande do Sul indica que o Corede (Conselho Regional de Desenvolvimento) do Médio Alto Uruguai contava, em 2004, com densidade demográfica de 32,9 hab/km², taxa de analfabetismo de 12,7% e expectativa de vida ao nascer de 71,25 anos⁶ (para o ano 2000). Estudos recentes demonstram que o território do Alto Uruguai pode ser considerado uma das mais deprimidas zonas da geografia econômica gaúcha⁷. Com base em dados socioeconômicos de 2002, a FEE demonstra que o Corede do Médio Alto Uruguai ocupou a última posição diante

⁵ Os dados do Censo Demográfico de 2000 mostram que 81,6% da população do estado do Rio Grande do Sul era urbana e 18,4% rural, uma desproporção considerável em comparação com o universo aqui pesquisado. Observando-se os dados publicados pelo IBGE, pode-se considerar que a microrregião de Frederico Westphalen é a segunda “mais rural” em relação às demais microrregiões no Rio Grande do Sul. A primeira posição é ostentada pela microrregião de Restinga Seca, na qual 57,2% da população foi considerada rural e o restante, 42,8%, urbana.

⁶ Esses dados foram obtidos no site www.fee.tche.br em 6 de junho de 2005. Os Coredes são as regiões de planejamento e desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, num total de 24.

⁷ A este respeito, ver o trabalho de SCHNEIDER e WAQUIL (2001).

dos demais, apresentando baixos indicadores em relação a renda, saneamento e educação e bons indicadores de saúde.

A caracterização e periodização da agricultura familiar no território aconteceram em três fases distintas, as quais se descrevem a seguir.

Gênese e metamorfoses da agricultura familiar no Alto Uruguai

O Alto Uruguai caracteriza-se por ser uma região de colonização recente, na qual se estabeleceram as chamadas “colônias novas” a partir das primeiras décadas do século XIX. A demarcação das novas propriedades por companhias de colonização particulares acelerou e estimulou a chegada das populações descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, entre outros.

Os agricultores familiares até recentemente eram designados como “colonos” (de fato, esta alcunha é ainda hoje a que predomina no senso comum), termo que receberam devido à agricultura familiar do Alto Uruguai ter suas origens no processo mais amplo de colonização do norte do estado do Rio Grande do Sul. Ocorrida a partir de 1900, intensificou-se nas décadas seguintes a partir da disponibilidade de terras a serem ocupadas, realidade observada até meados do século XX. A partir da década de 1970, as transformações de ordem técnico-produtiva e socioeconômica vão se traduzir em uma redução considerável da autonomia das famílias rurais e a reprodução social se tornam cada vez mais subordinada e dependente dos vínculos mercantis, ocorrendo também uma diferenciação social e produtiva entre os agricultores familiares.

Primeira fase: ocupação do território e as primeiras atividades produtivas (1900-35)

Esta primeira fase se dá com a chegada do agricultor e sua família, que se instalam em lotes obtidos por compra. A

demarcação dos lotes, que invariavelmente não ultrapassavam a dimensão de uma “colônia” (em torno de 24 hectares), era feita com base nos limites naturais, como os rios, estendendo-se em linha reta até as áreas mais altas, os divisores de água, encontrando-se com os limites de outro lote. Conforme Rückert *et al.* (1999), em algumas regiões do Alto Uruguai, onde hoje se localizam os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta, a partir de 1920, a dimensão dos lotes vendidos aos colonos não ultrapassava 15 ha, o que se apresentou como um importante limite econômico-produtivo em função dos sistemas de cultivo instalados.

Em virtude da hostilidade oferecida pelo ambiente natural, a primeira coisa a fazer era derrubar a mata, construir as primeiras instalações e desenvolver os primeiros cultivos, satisfazendo as necessidades dos membros da família. Os agricultores traziam consigo alguns animais, como vacas, suínos e cavalos para transporte, sementes de milho, batata e abóbora e os instrumentos necessários para estabelecer as práticas produtivas.

Nessa fase, o sistema produtivo instalado pelos colonos pode ser descrito como o *sistema de rotação de terras primitivas*, conforme definido por Waibel (1949). Era baseado na derrubada e queima da floresta, servindo para a produção de milho, feijão-preto e mandioca, na qual o agricultor utilizava ferramentas como cavadeira, machado, foice e enxada. O excedente produtivo era utilizado na criação de porcos, com os animais vivos ou subprodutos, como a banha, trocados por gêneros de primeira necessidade não produzidos na propriedade, como sal, açúcar, querosene, café etc.

Nesse período os agricultores produziam prioritariamente para o seu autoconsumo, mas também vendiam alguns produtos para o mercado local que era crescente na época. Em termos de produção para autoconsumo, destacam-se produtos como

milho, feijão, arroz de sequeiro, suínos, aves e mandioca, dentre outros (GAZOLLA, 2004). Nessa época também já se destacava a produção de alguns produtos típicos de transformação caseira pela agroindústria familiar, tais como salame, nata, queijos, pão, bolachas, doces de frutas e açúcar mascavo, dentre outros. Deste modo, como se demonstrará mais adiante, o hábito de transformação de alimentos pelos colonos faz parte da sua bagagem histórica e cultural, que se reproduziu e se conservou entre as gerações de agricultores neste local.

Segunda fase: o início da especialização e o aprofundamento das relações mercantis (1935-1960)

A partir da década de 1930, a agricultura familiar do Alto Uruguai já se caracterizava pelo estabelecimento de um processo de aprofundamento e diferenciação em relação ao período anterior, o que, no entanto, não resultou em grandes alterações no sistema de corte e queimada com comercialização de excedentes agrícolas. Esta fase pode ser entendida como aquela em que a especialização produtiva tornou-se uma prática corrente entre agricultores, basicamente no caso da produção de milho que serviria de alimento para a criação de suínos, agora com o intuito da comercialização. A ampliação das áreas cultivadas nas propriedades decorre da necessidade de comercialização de volumes maiores de produção, bem como do aprofundamento das relações mercantis e da expulsão demográfica do excedente populacional que passa a avançar para a fronteira agrícola, agora para outros estados, como Santa Catarina e Paraná.

Nessa fase, desenvolve-se o *sistema de rotação de terras melhoradas*. Com o aumento da produtividade surgem casas de comércio que comprem a produção originária das pequenas propriedades rurais que, além da subsistência, incrementam a produção destinada ao comércio. Consolida-se a criação

de suínos como um dos primeiros traços da especialização produtiva que irá aumentar nas décadas seguintes, mas com base em outras atividades.

É importante destacar que, nessa fase, consolidam-se importantes mercados consumidores de produtos produzidos regionalmente, como São Paulo, que absorve parte importante da produção de banha e outros derivados de suínos. A melhoria nos sistemas de transporte e canais de comercialização passa a ser fundamental para a consolidação de uma agricultura de base familiar que se orienta crescentemente pelos circuitos mercantis para fortalecer suas estratégias de reprodução social. Da mesma forma, cristalizam-se as situações de diferenciação social e produtiva entre os agricultores, também em função das condições de acessibilidade aos novos canais de comercialização que se apresentam. Ao final dessa fase ocorre o surgimento das primeiras cooperativas de produção e de comercialização de grãos no Alto Uruguai, criando canais de escoamento importantes para a consolidação do padrão agrícola de desenvolvimento desse território.

Nessa fase a agroindústria familiar ainda se conserva orientada para a produção artesanal e instalada no interior das unidades familiares visando suprir o grupo doméstico de artigos alimentares para o seu autoprovisionamento alimentar. O seu desenvolvimento em termos mercantis é quase incipiente, a não ser pela venda direta de alguns dos seus produtos nas casas de comércio rural, “bodegas” ou pela vendas pontuais para algum compadre ou habitante urbano. Registre-se, no entanto, que a grande agroindústria de grãos e alimentos, como as de suínos, aves, fumo etc. têm sua origem no território nesse período e que é a partir dessa época que ela começa a integrar os agricultores.

Terceira fase: a modernização e a “sojicização” da agricultura (1960-90)

A partir da década de 1960, para fazer frente ao processo de fracionamento das propriedades, ao esgotamento da fertilidade dos solos e ao fechamento da fronteira agrícola estadual, entre outros aspectos, a agricultura da região buscou na especialização dos sistemas de cultivo uma possibilidade real de ampliar sua inserção mercantil. Isso resultou, paulatinamente, na formação de uma agricultura familiar dedicada a um repertório de poucos produtos (soja, milho e trigo), sinalizando para uma crescente especialização das atividades produtivas voltadas aos mercados, cada vez mais identificados pela competição por meio de índices crescentes de produtividade, exigindo a utilização cada vez maior de insumos e produtos industrializados.

Essa nova fase tem como marco principal a introdução da cultura da soja, símbolo da modernização da agricultura no norte gaúcho. A monocultura da soja resultou em aumento no consumo de produtos industrializados (adubos, defensivos, fungicidas etc.), uma intensificação da mercantilização das relações de produção como se referiu Ploeg (1990; 1992), dependência crescente dos mercados internacionais quanto ao estabelecimento dos preços dos produtos agrícolas, da busca ao associativismo para criação de canais de comercialização, dentre outros aspectos.

Em outros trabalhos (CONTERATO, 2004; GAZOLLA, 2004), esse processo é denominado de “sojicização” da agricultura. Isso acontece até o momento que emergem na região, como se verá adiante, iniciativas locais para fazer frente aos problemas defrontados pela agricultura familiar regional. Em face de situações como esta, a ação política, via organização e mobilização dos agricultores familiares, tornou-se um importante meio de visibilidade social no

Médio Alto Uruguai, fazendo frente a um cenário regional econômico-produtivo adverso. Para o “sucesso” do que aqui se denomina “sojicização” há que se fazer referência ao papel desempenhado pelas cooperativas de produção que surgiram e se fortaleceram na região a partir da década de 1960. Inicialmente fomentando a produção de trigo, essas cooperativas se constituíram para os agricultores como um canal seguro de escoamento da produção de soja que ganhava fôlego.

Atualmente o processo de “sojicização” da agricultura vem perdendo forças devido ao baixo preço da oleaginosa no mercado internacional. Deste modo, o território começa a passar por um processo, ainda lento e gradual, mas contínuo, de diversificação das atividades econômicas e produtivas. Além das atividades já destacadas, crescem de importância a fruticultura, a viticultura, a produção de leite e a agregação de valor por meio da constituição e fortalecimento das agroindústrias familiares de várias cadeias alimentares. Estas últimas, nos anos 1990, aumentam em número e diversificam as suas atividades incentivadas pelos bons preços dos seus produtos, pela grande aceitação e reconhecimento dos produtos ligados às tradições históricas da agricultura familiar pelos consumidores (OLIVEIRA *et al.*, 1999; MIOR, 2005) e pelas políticas públicas existentes nessa década (Programa Estadual de Agroindústria, Pronaf Agroindústria, recursos do Programa Territórios Rurais do MDA, recursos da Grande Fronteira Mercosul etc.).

A agroindústria familiar: uma breve conceitualização

Cabe uma breve delimitação teórica acerca do que se entende por agroindústria familiar no presente artigo como forma de melhor expor forma o objeto empírico ao qual se alude na pesquisa.

Dessa maneira, além de definições de autores que pesquisaram o tema, tenta-se elencar alguns aspectos que demarcam e caracterizam o que se entende por agroindustrialização da produção na agricultura familiar.

Segundo Prezotto (2001), a agroindústria familiar é a unidade de transformação e/ou beneficiamento de produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares. Gerenciada pelos próprios agricultores, a agroindústria familiar é constituída de instalações e equipamentos adequados à escala de produção não industrial tradicional, ou seja, de grandes agroindústrias. Assim, entende-se a agroindústria familiar como uma estratégia de reprodução social dentro do grande universo empírico do que se costuma chamar, a partir dos anos 1990, de agricultura familiar.

Desse modo, a agroindústria familiar que se alude na presente análise é uma das estratégias de reprodução social da agricultura familiar do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Ela é uma atividade de produção de produtos agropecuários com sua consequente transformação em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao produto final. Além disso, deve-se ressaltar que em tais empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar, o qual empresta sentidos, significados e as estratégias que serão adotadas nesta atividade.

Já para Mior, a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e\ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha

das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico (MIOR, 2005: 191).

Trabalhou-se aqui com tal conceito, adaptando-se ao território de estudo, no qual os principais elementos, considerados no recorte de qual agroindústria pode ser entendida familiar, foram:

- Entende-se como familiar a agroindústria de uma família individual, de um grupo de agricultores e de um grupo de agricultores associados em rede ou cooperativas que possuem, no seu modo de vida, trabalho e gestão, a forma familiar de administrar o empreendimento;
- O empreendimento deve produzir a maioria da sua matéria-prima na própria propriedade rural. Esta matéria-prima deverá ser utilizada no processamento dos alimentos, podendo, às vezes e em pequenas quantidades, ser adquirida de outros agricultores próximos às suas propriedades, de parentes ou de terceiros, porém, não em percentuais elevados;
- Quanto à força de trabalho utilizada no empreendimento, esta deve ser, na sua maior parte, da própria família, ou seja, as tarefas nas atividades, na gestão, na comercialização e no trabalho diário devem ser realizadas por pessoas do grupo doméstico em questão, podendo haver contratação de força de trabalho externo às unidades agroindustriais, desde que em número pequeno;
- A família rural é aquela cujos laços de parentesco e sanguíneos entre os seus membros são históricos, hereditários e cujo processo de trabalho e gestão das agroindústrias é realizado pelos próprios integrantes do grupo doméstico em conjunto.

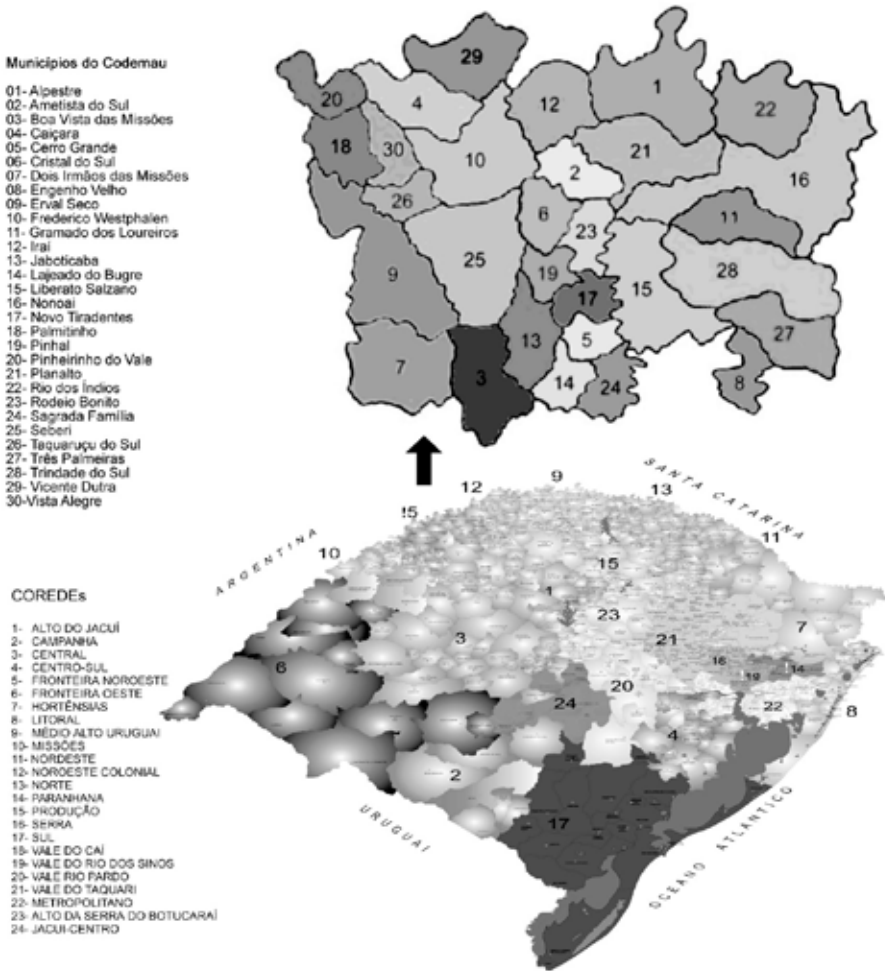
A metodologia da pesquisa

A pesquisa “Caracterização e análise das agroindústrias familiares da região do Médio Alto Uruguai” (CAAF) teve como objetivo estudar o processo de agroindustrialização familiar nesse território. Esta demanda surgiu a partir de ações do Conselho de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (Codemau), identificada pelo Comitê Gestor do Programa de Qualificação das Cadeias Agroindustriais. Assim, foi montado um grupo de pesquisa formado por pesquisadores de duas instituições de ensino e pesquisa: a Universidade Regional Integrada (URI) do Alto Uruguai e das Missões-campus de Frederico Westphalen e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)-campus de Frederico Westphalen. Contou-se também com a colaboração da ASCAR/Emater por meio dos assistentes técnicos regionais de agroindústria e dos escritórios municipais.

Dessa forma, foram realizadas reuniões com as instituições envolvidas e representantes de agricultores das principais cadeias agroindustriais para delimitar as etapas da pesquisa a ser realizada. Definiram-se, conjuntamente, a metodologia e os objetivos da referida pesquisa e as necessidades de, em um primeiro momento, identificar e cadastrar as agroindústrias familiares existentes na área de abrangência do Codemau, conforme mostra a Figura 1. Optando-se pelo levantamento completo das agroindústrias familiares, permitiu-se uma análise mais concreta da realidade, bem como a elaboração de um banco de dados acerca das agroindústrias familiares do território.⁸ Também foi realizado um trabalho de levantamento e análise dos estudos já existentes, fazendo um

⁸ Optou-se pelo levantamento completo das agroindústrias num primeiro momento. Contudo, o levantamento foi realizado nos municípios com base nas informações dadas pelas Secretarias da Agricultura e/ou Emater, sendo possível ter havidos erros, como é o caso de, em alguns municípios, várias agroindústrias terem ficado fora da pesquisa.

Figura 1: Localização dos Coredes do Rio Grande do Sul com destaque aos municípios que formam o Codemau



Fonte: Codemau (2006).

aprofundamento teórico com o acúmulo de informações, evitando redundâncias de pesquisas e estudos.

Após essa etapa, fez-se um levantamento prévio do número de agroindústrias familiares juntos às instituições de assistência técnica e extensão rural de cada município pertencente ao Codemau. Nessa etapa, também foram observadas as informações referentes às agroindústrias familiares que estão inativas, ou seja, que agroindustrializaram produtos e atuaram comercialmente por um período e que, no momento, encontram-se sem processar nenhum produto, objetivando analisar os reais motivos que inviabilizaram o processo de agroindustrialização.⁹

Foi aplicado aos 30 municípios pertencentes à área do Codemau um questionário semi-estruturado, com questões abertas e fechadas e questões quantitativas e qualitativas. Tal questionário continha quatro blocos de questões: um de dados de identificação das agroindústrias; um segundo sobre produção e renda; um terceiro sobre comercialização e mercado; e um quarto sobre o processo de gestão dos empreendimentos agroindustriais. Após a aplicação do mesmo, chegou-se a um número total de 106 unidades agroindustriais pesquisadas.

A elaboração do questionário também se deu por meio do grupo de pesquisa que levou em consideração as necessidades de informações de cada instituição, sejam elementos potenciais ou limitadores do processo de agroindustrialização familiar. Os questionários foram aplicados a cada proprietário das unidades agroindustriais pelos pesquisadores e pelos técnicos dos escritórios municipais da Emater. Este contato direto com os agricultores foi importante por se tratar de uma pesquisa com pessoas de diversos níveis de escolaridade e também

⁹ Tais informações acerca das agroindústrias inativas não fazem parte do presente artigo, pois não é este o foco privilegiado da análise aqui desenvolvida.

para manter uma mesma linha interpretativa no momento da aplicação dos questionários.

A etapa seguinte foi a de confecção de um banco de dados e de análise das informações levantadas durante a pesquisa, permitindo, dessa forma, uma interpretação integral da realidade no âmbito da agroindustrialização familiar. Esses dados primários, somados às informações colhidas junto aos agentes de desenvolvimento de cada município durante a aplicação dos questionários, bem como a revisão bibliográfica dos estudos disponíveis, no território e fora dele, foram considerados no momento da análise quantitativo-qualitativa e de explicação dos processos sociais em torno da agroindustrialização. Alguns resultados são apresentados adiante.

Agroindustrialização e reprodução social da agricultura familiar

Nesta primeira parte do artigo desenvolve-se uma abordagem geral em torno da situação em que se encontram as agroindústrias familiares do território do Médio Alto Uruguai. Nela é realizada uma caracterização das agroindústrias familiares com base em dados que se julgou importantes, como por exemplo, a sua origem histórica, a sua situação frente à legislação sanitária, o tempo de existência da unidade agroindustrial e as principais cadeias produtivas das agroindústrias etc., como forma de socializar o leitor com a situação em que esses empreendimentos se encontram.

A origem das agroindústrias familiares

O território do Médio Alto Uruguai é caracterizado por sua origem na colonização europeia. Ele se destaca por ser a última fronteira a ser colonizada no estado, sendo os colonos oriundos de diversas áreas do Rio Grande Sul. Assim, trouxeram consigo a prática da transformação dos produtos coloniais objetivando o seu melhoramento, sua conservação e seu armazenamento. No

transcurso do processo histórico, essa prática de transformação e/ou beneficiamento foi vista de forma diferente, notando-se que, a partir desse momento, iniciava-se uma nova alternativa de diversificação das pequenas propriedades rurais. No entanto, a transformação e a implantação de novas tecnologias derivadas da modernização da agricultura fizeram com que o agricultor familiar se visse em condições ameaçadoras. Gerava-se dessa forma certa dependência em relação às grandes empresas difusoras da modernidade.

Quando a revolução industrial eliminou a fabricação artesanal de instrumentos de trabalho dos camponeses e estes tiveram que comprar no mercado os produtos que não mais produziam, foi deflagrado o processo de transformação da base técnico-produtiva da agricultura, bem como o predomínio do capital sobre as atividades agrícolas. Num primeiro momento, o predomínio era do capital comercial e, posteriormente, passou a ser do capital agroindustrial. Pode-se dizer que a transformação se consolidou com a Revolução Verde nos anos 1960 e 1970 e se completa com a globalização das economias na atualidade (ALTMANN, 1979).

No entanto, do agricultor não lhe era tirada a prática da transformação dos seus produtos, muito menos a produção para o seu autoconsumo. Com isso, a prática da agroindustrialização resultou de um processo cultural vivido por essas famílias e repassado de geração a geração, como se constata na Tabela 1.

Os dados demonstram que 33,02% das agroindústrias pesquisadas apresentam origem histórica da família, ou seja, sua constituição tem vínculos com os conhecimentos que foram herdados e repassados de geração para geração no interior do grupo familiar. É o que Woortmann e Woortmann (1997) chamaram de transmissão do corpo do saber que ocorre entre os agricultores familiares no Brasil. Estes dados corroboram outros estudos realizados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (RELATÓRIO DE ESTUDO ESPECIAL, 2002; MIOR,

2005; OLIVEIRA *et al.*, 1999) que também encontraram um número expressivo de agroindústrias familiares com suas origens nas tradições e nos conhecimentos históricos dos agricultores. Outras 29,25% das agroindústrias possuem sua origem em formas diferentes, estando integrados aí os próprios interesses do proprietário (líder do grupo familiar) e a aspiração a participar em feiras municipais de comercialização dos produtos da agricultura familiar que já existiam nos municípios como uma estratégia de acesso a este tipo de mercado local.

Tabela 1: A origem histórica de formação das agroindústrias familiares

Como surgiu a agroindústria	Número de agroindústrias	Percentual (%)
Como origem histórica da família que já trabalhava com a atividade	35	33,02
De outras formas	31	29,25
Por incentivo de entidades ou instituições (STR, Emater, Sebrae, ongs etc.)	25	23,58
Incentivo governamental (programas, investimento a fundo perdido etc.)	10	9,43
Originou-se com associação ou cooperativa (família que ingressou posteriormente)	5	4,72
Total	106	100,00
Outras formas (especificação)		
Por interesse do proprietário	30	28,30
Pela existência de feiras municipais	1	0,94
Total	31	29,25

Fonte: Pesquisa CAAF (2006).

Por outro lado, 23,58% das agroindústrias foram criadas por meio do incentivo por parte de entidades ou instituições ligadas à agricultura familiar, como sindicatos, Emater, ONGs etc., demonstrando a importância que estes atores sociais de desenvolvimento possuem na extensão rural e assistência técnica, como o estudo de Santos *et al.* (2006) havia demonstrado para o caso da Grande Fronteira Mercosul. Além disso, a ação de associações e cooperativas e o incentivo governamental (políticas públicas) também significaram percentuais de 4,72% e 9,43%, respectivamente.¹⁰ Segundo Pelegrini (2003), o incentivo à criação de pequenas agroindústrias familiares, que busquem agregar valor aos produtos agropecuários, é uma forma de alavancar o desenvolvimento socioeconômico da região. Este é um processo de desenvolvimento baseado nas alternativas já existentes no meio rural, onde praticamente toda unidade de produção familiar é uma agroindústria em potencial, gerando um aumento considerável no Valor Adicionado Bruto (VAB) e, conseqüentemente, aumentando a renda das famílias rurais.

As cadeias produtivas das agroindústrias

Neste trabalho foi possível analisar a realidade de todos os sistemas de produção que envolvem a agroindustrialização de produtos da agricultura familiar. Desta forma, a análise

¹⁰ Constatou-se que a maioria das agroindústrias foi criada nos últimos cinco a oito anos no território, o que coincide com a existência do Programa de Agroindústria Familiar do Rio Grande do Sul, que vigorou de 1998 a 2002. Este programa trouxe vários benefícios aos novos empreendimentos agroindustriais, dentre os quais a possibilidade de financiamentos, a venda da produção com a chamada Nota do Produtor, a isenção de alguns impostos e o selo de qualidade dos produtos (selo conhecido como “Sabor Gaúcho”).

de cada cadeia produtiva em que pertence a agroindústria permite constatar em que produtos a agroindústria está se desenvolvendo mais no território. Pela Tabela 2, verifica-se que, que 74,55% das agroindústrias em estudo pertencem à cadeia da produção vegetal, com destaque para a cana-de-açúcar e derivados com 46,23%, seguida da cadeia de frutas e derivados com 11,32%. Com outros percentuais menores aparecem as cadeias das hortaliças, cereais, mandioca e derivados, plantas medicinais e porongo. Isso vai ao encontro de outros estudos já realizados no território (GAZOLLA, 2004; CONTERATO, 2004) que já haviam apontado a grande relevância que possui a produção vegetal para o desenvolvimento agrícola.

Ressalta-se a pouca participação da cadeia da carne e derivados com apenas 5,66%, o que pode ser atribuído à maior dificuldade de legalização sanitária destes tipos de empreendimentos, se comparados com as outras cadeias. A cadeia da carne, principalmente suína e de aves, também é dominada pelas grandes empresas de alimentos no território, o que faz com que as iniciativas empreendedoras desta cadeia realizadas pelos agricultores familiares sejam tolhidas pelas estratégias das grandes agroindústrias. Esses dados mostram uma situação contrária a outros estudos realizados no Rio Grande do Sul (RELATÓRIO DE ESTUDO ESPECIAL, 2002), nos quais a cadeia da carne e derivados era a segunda em importância, perdendo apenas para a da cana-de-açúcar.¹¹

¹¹ Ressalte-se que este estudo foi feito por pesquisa amostral em algumas regiões do estado e não de uma única região pertencente a um Corede como é o caso desta pesquisa. E, também, na região norte do Rio Grande do Sul englobada na pesquisa da Secretaria da Agricultura do estado, abrangeu apenas a microrregião de Erechim.

Dessa forma, as agroindústrias geralmente operam na informalidade, o que acaba gerando problemas na comercialização dos seus produtos. Isso acarreta, em alguns casos, o fechamento da maioria das unidades agroindustriais pela fiscalização. Com esta limitação proveniente da carência de políticas públicas que incentivem a desburocratização do sistema de inspeção, impossibilita-se que as agroindústrias cresçam e desfrutem de novos mercados e canais de comercialização. É notável, ainda, a presença da cadeia fora da área alimentar, como, por exemplo, a de extração de pedras¹² (0,94%) e o de produção de sabão (0,94%).

O processo de legalização das agroindústrias

O processo de legalização significa que a agroindústria está com seus documentos e licenças de funcionamento em dia perante o Estado. Este sistema envolve licenças ambientais, jurídicas, sanitárias etc. que visam pôr as unidades agroindustriais de acordo com a legislação vigente, para, assim, garantir a higiene e a sanidade na produção, no processamento e na comercialização dos alimentos, bem como o atendimento à preservação dos recursos naturais, como é o caso da licença ambiental. Das agroindústrias pesquisadas foi possível perceber que tais proprietários encontram dificuldades de informações sobre o referido processo. Como outros estudos já haviam apontado (RELATÓRIO DE ESTUDO ESPECIAL, 2002), a legalização constitui o segundo principal problema das agroindústrias familiares do Rio Grande do Sul. Com isso, também se ressalta que essas agroindústrias não processam em grande quantidade, o que inviabiliza a total legalização da unidade produtiva, e, além disso, enfrentam muitas dificuldades para acessar os canais formais de mercado, haja vista a ilegalidade dos seus produtos postos a comercialização.

¹² Esta cadeia se localiza principalmente no município de Ametista do Sul que possui a sua economia centrada na extração da pedra ametista e nos garimpos existentes.

Tabela 2: Números de agroindústrias familiares com suas respectivas cadeias

Cadeias das agroindústrias	Número de agroindústrias	Percentual (%)
Cana-de-açúcar e derivados	49	46,23
Frutas e derivados	12	11,32
Panificação e produtos de confeitaria	9	8,49
Leite e derivados	7	6,60
Carnes e derivados	6	5,66
Hortaliças e derivados	5	4,72
Outras cadeias	18	16,98
Total	106	100,00
Outras cadeias (especificação)		
Porongo	7	6,60
Mel e derivados	3	2,83
Cereais	2	1,90
Mandioca e derivados	2	1,89
Plantas medicinais	2	1,89
Extração de pedras	1	0,94
Sabão	1	0,94
Total	18	16,98

Fonte: Pesquisa CAAF (2006).

Segundo Prezotto (2001), a implantação de agroindústrias rurais de pequeno porte depende de diversos fatores, especialmente daqueles relacionados com sua legalização. Neste caso, são necessários vários tipos de registros, tanto os relativos à forma jurídica da organização do grupo de agricultores quanto os de ordem sanitária e ambiental. Todos esses registros seguem um conjunto de leis que normalizam e orientam o processo de legalização.

A Tabela 3 traz essa situação nas agroindústrias pesquisadas. Ela demonstra que a grande maioria das agroindústrias está na informalidade (61,32%). Este o dado é preocupante, pois nesta situação têm-se dois problemas principais. De um lado, os empreendimentos não podem acessar novos mercados e se fortalecerem como alternativa de renda para as famílias e, de outro, se estão comercializando os seus produtos para fora da unidade de produção, os mesmos podem oferecer um risco potencial para os consumidores, por não haver nenhuma garantia da sua origem, sanidade e qualidade nutricional e microbiológica.

Tabela 3: Número de agroindústrias familiares legalizadas do ponto de vista sanitário

Situação do empreendimento quanto à legalização sanitária	Números de agroindústrias	Percentual (%)
Está na informalidade	65	61,32
Legalizada em nível estadual (Secretaria Estadual da Saúde, CISPOA etc.)	13	12,26
Está em processo de transição entre a informalidade e a legalização	12	11,32
Possui inspeção e legalização municipal (SIM)	6	5,66
Legalizada a nível federal (SIF, MAA etc.)	5	4,72
Outros	5	4,72
Total	106	100,00

Outros (especificação)		
Carteira de artesanato	5	4,72
Total	5	4,72

Fonte: Pesquisa CAAF (2006).

Além dos empreendimentos na informalidade, 11,32% estão em processo de transição entre a informalidade e a legalização, confirmando as dificuldades encontradas pelos agricultores neste processo. Se somados estes dois percentuais, pode-se afirmar que 72,64% das agroindústrias não estão legalizadas do ponto de vista sanitário, o que é uma preocupação enorme que exige das instituições e dos atores sociais de desenvolvimento do território a mobilização na tentativa de reversão desse quadro desalentador.

Afora isso, 22,64% das agroindústrias estão legalizadas em alguns dos níveis do estado, sendo 12,26% no nível estadual, 4,72% no nível federal e 5,66% na abrangência dos municípios. Esses empreendimentos são legalizados em diferentes níveis do estado dependendo do tipo de cadeia/atividade a que pertencem e da legislação e regulamentos técnicos de fabricação de cada produto processado.¹³ Temos ainda identificados

¹³Atualmente há uma flexibilização maior nível de comercialização e inspeção de produtos agropecuários e das agroindústrias com a implantação do Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária (SUASA). Com este sistema, houve uma diluição maior das fronteiras entre os níveis federal, estadual e municipal de inspeção e sanidade dos produtos, facilitando as operações de legalização e de acesso a mercado pelos agricultores e donos de agroindústrias familiares. Por exemplo, um produto que é fabricado no nível municipal e que possui o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) agora pode ser comercializado dentro do mesmo estado, o que anteriormente não era aceito. Para ver maiores detalhes acerca do SUASA, consultar: Presidência da República (2005).

4,72% da cadeia produtiva do porongo que possuem carteira de artesão e são isentos de qualquer uma destas legalizações por pertencerem a uma prática de beneficiamento artesanal de produto.

Agroindustrialização, produção e geração de renda

Nesta segunda parte do artigo abordam-se aspectos e indicadores relacionados à produção, aos produtos processados e às rendas geradas pelas agroindústrias do território, como forma de elucidar aspectos, principalmente econômicos e produtivos, dos empreendimentos. Para isso, são analisados aspectos referentes à matéria-prima das agroindústrias (produção própria e compra da mesma), à origem dos insumos agroindustriais e às rendas geradas.

A origem da matéria-prima

A origem da matéria-prima processada nos empreendimentos agroindustriais é um dado importante a ser conhecido, pois, dependendo de ela ser comprada fora da unidade ou produzida no seu interior, pode-se formar uma ideia do grau de contribuição da estratégia familiar na sua produção e, assim, saber se a agroindústria é mesmo de caráter familiar ou não. Com relação à origem da matéria-prima adquirida pelas agroindústrias pesquisadas, é notável a potencialidade que elas apresentam, sendo que 45,30% declararam que a matéria-prima é totalmente produzida na propriedade rural (Tabela 4). Este dado é importante, pois demonstra que a produção da própria matéria-prima por parte das unidades é um fator que leva à autonomia das mesmas frente ao mercado (compra da matéria-prima) e, além disso, a uma estratégia de diminuição dos custos de produção. Estes dados coincidem com outros trabalhos da área (RELATÓRIO DE ESTUDO ESPECIAL, 2002; MARKOSKI

e CALEGARO, 2006), segundo os quais a produção da maior parte da matéria-prima também era realizada pela própria agroindústria, demonstrando a relevância que a lógica familiar possui nesse tipo de empreendimento.

Tabela 4: Origem da matéria-prima das agroindústrias

Origem da matéria-prima	Número de agroindústrias	Percentual (%)
Toda produzida pela propriedade	48	45,30
É adquirida de fora da propriedade até 10%	13	12,26
É adquirida de fora da propriedade de 10 a 20%	6	5,66
É adquirida de fora da propriedade de 20 a 40%	9	8,49
É adquirida de fora da propriedade de 40 a 50%	30	28,30
Total	106	100,00

Fonte: Pesquisa CAAF (2006).

Outros 28,30% das agroindústrias adquirem fora da propriedade entre 40% e 50% da matéria-prima, o que as torna dependentes do mercado, além de correrem o risco de não ter um suprimento adequado, em quantidade desejada e em matéria-prima de qualidade. Também é relevante o número de unidades que adquirem até 10% da matéria-prima de outras propriedades rurais (12,26%). Já com percentuais de 8,49% e de 5,66% outras agroindústrias adquirem a sua matéria-prima de 10% a 20% e de 20% a 40%, respectivamente. Se somarmos as unidades agroindustriais que adquirem uma parte da matéria-prima fora da unidade, independente do percentual que é adquirido, tem-se que dos empreendimentos pesquisados 54,70% compram algum percentual de matéria-prima de fora da unidade de

produção. A preocupação com a aquisição da matéria-prima também é recorrente em outros estudos que buscaram avaliar o potencial das agroindústrias familiares, como em Santa Catarina (OLIVEIRA *et al.*, 1999; BRDE, 2004) e no Rio Grande do Sul (RELATÓRIO DE ESTUDO ESPECIAL, 2002), constituindo um dos principais problemas do setor da pequena agroindústria rural a ser enfrentado nos próximos anos.¹⁴

Isso pode ser preocupante numa estratégia de reprodução social das agroindústrias. em longo prazo. Pode ser preocupante nos casos em que os percentuais comprados fora da propriedade são próximos à metade da matéria-prima produzida. Por outro lado, pode não ser naqueles casos em que as compras ficam em percentuais baixos (10%, 20% ou 30%), pois nestes casos não há uma grande dependência da agroindústria em relação ao fornecimento da matéria-prima. A compra da matéria-prima pela agroindústria familiar, nestes casos, é, às vezes, realizada de vizinhos próximos à unidade, de parentes, compadres, de outros agricultores da mesma comunidade ou de comunidades vizinhas etc., o que, desta forma, não é tão problemático, pois os preços da matéria-prima, na maioria dos casos, não são arbitrados pelo mercado, mas pelas relações de compadrio, parceria e parentesco existentes entre as famílias.

Contudo, quando uma grande parte da matéria-prima é adquirida fora do estabelecimento agroindustrial, o agricultor familiar está adentrando em uma lógica mercantil perigosa do ponto de vista da sua reprodução social, pois, como formulou Ploeg (1990; 1992), a sua mercantilização neste quesito é crescente e a sua dependência social e econômica para com os

¹⁴ No Relatório de Estudo Especial (2002: 15) realizado no Rio Grande do Sul quando se pesquisou as agroindústrias acerca de o seu principal problema, 68,9% dos entrevistados responderam que consistia em problemas relacionados à produção da matéria-prima.

fornecedores também aumenta. Neste caso, o agricultor pode começar a enfrentar vários problemas, tais como alto custo de compra desta matéria-prima, perda da sua autonomia no processo produtivo e decisório, aviltamento dos preços da matéria-prima, falta da mesma e fornecimento de matéria-prima inadequada (sem qualidade microbiológica, sem qualidade nutricional, sem padronização) etc.

Entretanto, o maior problema, nesse caso, é a perda da lógica familiar de reprodução social do agricultor já que se o mesmo adquirir a grande maioria da matéria-prima que processa e produz alimentos fora da unidade produtiva, do ponto de vista sociológico, ele não possui mais todos os traços predominantes de trabalho e gestão pela família, que é o que lhe dá sentido e significados próprios. Ou seja, o caráter familiar da agroindústria deixa de existir e pode-se até chamá-la de uma empresa qualquer, como na teoria neoclássica.

A não produção da matéria-prima é um caminho para o que Ellis (2000) chamou de vulnerabilização da autonomia e da reprodução social dos agricultores, que ocorre quando as agroindústrias enfraquecem a sua autonomia à medida que compram matéria-prima de um mercado qualquer desconhecido, que é arbitrado pelos preços reais de produção. Isso representa uma vulnerabilização das estratégias de reprodução social das agroindústrias, já que, de um lado, vão depender do mercado e, de outro, não possuem a garantia do fornecimento e, em alguns casos, da qualidade da origem da matéria-prima comprada para ser processada nos seus empreendimentos.

Procedência dos insumos utilizados na unidade agroindustrial

A procedência dos insumos utilizados nas agroindústrias é importante por fornecer o grau de externalização que os mesmos possuem no empreendimento familiar, assim como se

referiu Ploeg (1990; 1992),¹⁵ pois é este grau de externalização do processo produtivo, no caso representado pelo indicador do uso de insumos externos, que vai revelar o grau de mercantilização das agroindústrias estudadas. Neste sentido, uma maior externalização da compra dos insumos pelas agroindústrias é diretamente proporcional a um maior nível de mercantilização desta unidade ao ambiente social e econômico e a uma maior dependência da sua reprodução social em relação ao exterior, ou seja, fora da sua “porteira”.

Com base nos dados apresentados na Tabela 5, constata-se que a maioria dos agricultores compra parte dos insumos fora da unidade de produção e produzem parte no próprio estabelecimento (56,6%). Se além deste dado também se considerar o percentual de 35,8% dos empreendimentos que adquirem a sua matéria-prima na totalidade fora da propriedade, tem-se que a grande maioria das agroindústrias pesquisadas possui um grau de mercantilização elevado, segundo Ploeg (1990; 1992), pois adquirem no mercado, a preços de mercado, os fatores necessários à produção e ao processamento dos alimentos elaborados e comercializados. Isso acaba por vulnerabilizar muitos empreendimentos, uma vez que estes se tornam dependentes do mercado para realizar as etapas fundamentais da fabricação dos alimentos. Por esse mesmo lado, a reprodução social das agroindústrias começa a ser ameaçada, pois quanto mais mercantilizado for o empreendimento familiar maiores serão as chances de se perder a autonomia produtiva e a capacidade de responder a crises

¹⁵ Segundo Ploeg (1992: 170), “a externalização é a [...] multiplicação de relações mercantis. As tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sob o comando do agricultor, vão ser coordenadas agora mediante o intercâmbio mercantil e por meio do sistema recém-estabelecido de relações técnico-administrativas. Esta externalização crescente não só afeta as atividades de produção, mas também resulta em uma transformação completa do processo de reprodução.”

eventuais, maiores serão os custos de produção e menor será o domínio da família sobre o processo de trabalho e a gestão do próprio negócio.

Tabela 5: Procedência dos insumos utilizados nas unidades agroindustriais

Procedência dos insumos	Números de agroindústrias	Percentual (%)
São comprados em partes fora e em partes utilizados os insumos próprios	60	56,6
São comprados todos fora da unidade de produção (externalizados)	38	35,8
São produzidos todos na unidade de produção familiar	5	4,7
São conseguidos com vizinhos e famílias próximas da agroindústria	2	1,9
São conseguidos com a associação ou cooperativa da qual a agroindústria participa	1	0,9
Total	106	100,00

Fonte: Pesquisa CAAF (2006).

Num processo menos expressivo, 4,7% dos empreendimentos familiares informaram produzir todos os insumos utilizados no empreendimento, demonstrando a autonomia que possuem em relação ao seu processo produtivo e à fabricação dos alimentos. Nestes casos, trata-se de agroindústrias com uma base artesanal muito grande no que se refere à produção da matéria-prima, aos próprios equipamentos e máquinas agroindustriais, de alguns insumos utilizados no processamento dos alimentos e do próprio prédio da agroindústria que foi construído pela família, demonstrando um domínio ímpar sobre o processo de trabalho

e a gestão do empreendimento.¹⁶ Este tipo de situação é mais comum nas agroindústrias de produção vegetal, pois são nestas que os agricultores possuem processos e insumos mais artesanais em seu sistema de produção e processamento de alimentos.

Das agroindústrias estudadas, 1,9% declarou adquirir os insumos com vizinhos ou com famílias próximas. Isso demonstra que os agricultores ainda exercem este caráter de cooperação como forma de enfrentar as dificuldades encontradas no processo de agroindustrialização. E outras 0,9% das agroindústrias declararam comprar os insumos através da associação e/ou cooperativa em que a agroindústria participa.

No caso da agroindustrialização da produção da agricultura familiar é comum se deparar com graus de mercantilização mais elevados do que em sistemas produtivos agrícolas familiares. A razão é simples: na agroindustrialização da produção há, na grande maioria dos processos de processamento de alimentos e agregação de valor à matéria-prima, o uso de algum aditivo, substância química, enzima, nutrientes, sais especiais, microrganismo etc., de modo que não há como um agricultor familiar possuir um processo próprio de fabricação, pois o mesmo

¹⁶ Em muitos casos é notório o caráter de inventividade que possuem alguns agricultores no que se trata no tocante à agroindustrialização. Existem casos em que o agricultor constrói quase todas as suas máquinas e equipamentos para o processamento de derivados de cana-de-açúcar (melado, aguardente de cana, rapaduras, açúcar etc.), como se encontrou no município de Caiçara. O mais comum é comprar-se estes equipamentos de São Paulo, que é uma grande região produtora, porém estes equipamentos são superdimensionados para a escala de produção de uma agroindústria do tipo familiar. Então a saída encontrada por este agricultor foi a invenção de grande parte do seu maquinário e equipamentos para processamento da cana-de-açúcar em sua unidade agroindustrial, mantendo um alto grau de autonomia de seu processo produtivo e demonstrando que, em alguns casos, é possível trabalhar mantendo internamente à propriedade os recursos utilizados na produção e processamento de alimentos.

não detém o conhecimento e a técnica necessários para tal feito.

Seguindo este raciocínio, a legislação exige, em muitos casos, que a esse alimento seja adicionada alguma das substâncias mencionadas anteriormente para que o produto possa estar dentro das normas sanitárias, de higiene e de estabilidade microbiológica etc., e em conformidade com sua legislação específica, como é o caso, por exemplo, de alguns embutidos como o salame italiano, as linguiças etc. Deste modo, os agricultores são quase que “obrigados” a se mercantilizar e a comprar tais tipos de aditivos para poderem produzir e comercializar os seus alimentos.

As rendas do processo de agroindustrialização

Um indicador de extrema importância da viabilidade e do papel das agroindústrias familiares está na medida das suas rendas, ou seja, da renda bruta e líquida anual dos empreendimentos.¹⁷ A Tabela 6 apresenta, neste sentido, a renda bruta anual dos empreendimentos.¹⁸ Observa-se que a grande maioria das

¹⁷ Segundo Hofmann *et al.* (1987), a renda bruta de uma unidade de produção é aquela renda obtida da venda da produção de produtos animais e vegetais, por um determinado preço, em um período de um ano agrícola. Ou seja, é a renda obtida somente da produção oriunda da agricultura *stricto sensu*. Já a renda líquida é o resultado da subtração de todos os custos produtivos da unidade produtiva, durante o ano agrícola, da renda bruta que esta obteve. Vale dizer, é a renda resultante depois de descontadas as despesas de produção.

¹⁸ Ressalte-se que os dados da pesquisas e as comparações realizadas remontam ao período de janeiro a dezembro de 2005, data-base da pesquisa. Observe-se também que a renda analisada na pesquisa é uma “renda declarada” pelos donos dos empreendimentos agroindustriais e não uma “renda calculada” através de planilhas de cálculo eletrônicas ou do levantamento apurado da renda da agroindústria por meio do cálculo de cada produto vendido. A renda declarada, neste caso, só se refere à renda da atividade agroindustrial, não estando incluídas as demais rendas existentes na propriedade.

unidades agroindustriais (41,5%) possui rendas de R\$ 5.000,00 a 15.000,00. Um percentual de 20,8% das agroindústrias obtém renda bruta anual de R\$ 15.000,00 a 30.000,00 e outros 17% das unidades auferem renda inferior a R\$ 5.000,00. Estes últimos são empreendimentos pequenos, com pouca escala de produção e que trabalham o processamento de alimentos de forma muito artesanal. Somando-se ainda as agroindústrias que obtém até R\$ 30.000,00 por ano de renda bruta, tem-se que a sua grande maioria, ou seja, 79,3% das unidades pesquisadas ficam até esta faixa de renda bruta anual. Tal renda é considerada uma renda alta, o que reafirma que, do ponto de vista econômico, a agroindustrialização da produção primária da agricultura familiar é uma alternativa viável e sustentável para as famílias rurais do território.

Tomemos para comparação uma agroindústria, por exemplo, que obtenha uma renda bruta anual de R\$ 20.000,00. Sabendo-se que a média de membros que trabalham na agricultura familiar regional é de quatro pessoas, segundo pesquisas já realizadas no território (Pesquisa AFDLP, 2003),¹⁹ e que o valor do salário mínimo por ocasião da pesquisa era de R\$ 300,00, tem-se que esta família obtém, por ano, 66,66 salários mínimos. Ou, se se quiser saber o rendimento por membro da família, cada membro obteria 16,66 salários mínimos por ano, ou seja, R\$ 5.000,00, é considerada uma renda boa para as condições de reprodução social em que se encontra a maioria das unidades de produção familiares do território, que se caracterizam por uma fragilidade social e econômica muito grande.

¹⁹ Pesquisa AFDLP significa o projeto de pesquisa intitulado "Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividades no RS: a emergência de uma nova ruralidade", desenvolvido no ano de 2003. Este projeto focalizou o território do Alto Uruguai (RS) e, por isso, é utilizado para fins comparativos pontuais no presente artigo.

Se compararmos essa renda com a da pesquisa AFDLP (2003) que também foi realizada no território, podem ser feitas algumas inferências interessantes. Na pesquisa AFDLP, a renda total que se obteve por unidade familiar pesquisada foi, em média, de R\$ 10.911,51 por ano, o que é considerada baixa, pois é renda total, ou seja, a renda de todas as atividades existentes no interior da unidade produtiva.²⁰ A renda bruta anual das agroindústrias, por sua vez, pelo exemplo que se desenvolveu anteriormente, é quase o dobro, demonstrando-se que a agroindústria familiar sozinha numa propriedade é capaz de gerar muito mais renda do que uma unidade tradicional familiar que produza, por exemplo, grãos e *commodities* agrícolas, como é normal no território.

Tabela 6: A renda bruta anual das agroindústrias

Renda bruta familiar anual (R\$)	Número de agroindústrias	Percentual (%)
Menos de 5.000,00	18	17,0
De 5.000,00 a 15.000,00	44	41,5
De 15.000,00 a 30.000,00	22	20,8
De 30.000,00 a 50.000,00	10	9,4
Maior que 50.000,00	12	11,3
Total	106	100,00

Fonte: Pesquisa CAAF (2006).

²⁰ A definição de renda total, pela pesquisa AFDLP (2003), é aquela composta pela totalidade de rendimentos extraídos na unidade de produção. Como as rendas foram consideradas as rendas agrícolas, de aposentadorias e pensões, de outras fontes, de outros trabalhos e de rendas não agrícolas. Ressalte-se, também que no conceito de renda total já estão descontados os custos de produção, o que na pesquisa CAAF (2006) a renda é declarada, ou seja, não foram calculados os custos de produção e descontados da renda bruta anual, mas, mesmo assim, mantém-se a comparação como uma forma de ilustrar do potencial de geração de renda que a agroindústria familiar representa para o território.

Ainda de acordo com a Tabela 6, há um percentual de 9,4% das agroindústrias que possuem renda bruta anual entre R\$ 30.000,00 e 50.000,00 e outros 11,3% dos empreendimentos que obtêm mais de R\$ 50.000,00 por ano. Tais unidades agroindustriais são muito relevantes e possuem uma renda bruta anual que pode ser considerada muito alta do ponto de vista das condições em que decorre a reprodução social da agricultura familiar do território, pois, segundo as comparações realizadas anteriormente, estes empreendimentos possuem uma situação financeira muito confortável do ponto de vista econômico. Se uma unidade agroindustrial auferir uma renda bruta anual de R\$ 50.000,00 por ano, por exemplo, estará recebendo em torno de 166,66 salários mínimos por ano por ocasião da pesquisa, ou seja, R\$ 12.500,00 por membro da unidade agroindustrial, sendo consideradas, em média, a existência de quatro pessoas da família por empreendimento agroindustrial.²¹

Já na Tabela 7, encontram-se as rendas líquidas das agroindústrias declaradas pelos agricultores em relação percentual à renda bruta dos empreendimentos. A renda líquida é entendida como aquela renda advinda da produção animal, vegetal ou transformação caseira que resulta de um processo produtivo agropecuário, depois de descontados os custos de produção do empreendimento familiar (GAZOLLA, 2006).²² Pela Tabela 7, pode-se verificar que

²¹ É claro que, com tal nível de renda bruta anual do empreendimento, deve haver força de trabalho contratada na unidade agroindustrial e não somente os quatro membros da família trabalhem no negócio familiar. No entanto, mesmo assim, mantêm-se as comparações desenvolvidas como forma de ilustrar o papel da renda na agroindústria familiar.

²² No caso das agroindústrias familiares, a renda líquida é aquela obtida depois de descontados custos fixos e variáveis de produção. Como principais custos fixos têm-se: a depreciação do prédio da agroindústria, a depreciação de máquinas e equipamentos, o pagamento de seguros e impostos, de financiamentos de investimento e de empregados permanentes quando existirem etc. Já os principais itens de custos variáveis são: a compra de matéria-prima, os aditivos alimentares, embalagens, força de trabalho contratada de forma provisória, água, luz elétrica, financiamentos de custeio etc.

24,53% das agroindústrias possuem uma renda líquida que é igual a 50% da renda bruta, ou seja, as unidades agroindustriais possuem uma renda líquida que é igual à metade da renda bruta dos empreendimentos. Outros 17,92% das agroindústrias possuem renda líquida que chega a 30% da renda bruta obtida. E outros 16% dos empreendimentos pesquisados obtiveram uma renda líquida que é igual a 20% da renda bruta.

Tabela 7: Percentual de renda líquida das agroindústrias em relação à renda bruta

Percentual de renda líquida das agroindústrias em relação à renda bruta (%)	Número de agroindústrias	Percentual (%)
10	3	2,83
12	1	0,94
15	3	2,83
20	17	16,04
25	13	2,83
30	19	17,92
35	3	2,83
40	11	10,38
50	26	24,53
55	1	0,94
60	7	6,60
65	1	0,94
70	5	4,72
75	1	0,94
80	2	1,89
85	1	0,94
90	1	0,94
95	1	0,94
Total	106	100,00

Fonte: Pesquisa CAAF (2006).

São poucas as unidades agroindustriais pesquisadas que possuem rendas líquidas altas, ou seja, acima de 50% da renda bruta obtida. Apenas 6,60% das unidades possuem uma renda líquida que é igual a 60% da renda bruta obtida e outras 4,72% obtêm uma renda líquida igual a 70% da renda bruta obtida no ano. Resumindo, 81,13% das agroindústrias pesquisadas possuem uma renda líquida que pode chegar até 50% da renda bruta obtida. Por outro lado, acima de 50% da renda bruta obtida está um percentual de 18,87% de renda líquida que as unidades podem chegar a alcançar.

Do ponto de vista da administração rural e da gestão financeira, a grande maioria dos empreendimentos está em uma situação financeira confortável, pois está conseguindo alcançar rendimentos altos (81,13% possuem renda líquida que pode chegar a até 50% da renda bruta), após serem descontados os principais custos de produção, o que demonstra que a produção e processamento de alimentos e produtos ligados à agricultura familiar é uma forma inovadora e rentável de reprodução social da agricultura do território.²³ Desse modo, a agroindústria familiar é, do ponto de vista da geração de renda, de empregos e manutenção do homem nos espaços rurais, uma estratégia de reprodução social importantíssima da agricultura familiar e deve ser um dos “pilares” em que se deve assentar qualquer programa ou projeto de desenvolvimento rural para este setor social em nível local ou territorial.

Considerações finais

A primeira conclusão é de que o processo de agroindustrialização possui o seu surgimento junto com o processo de colonização e

²³ Um estudo do MDA (2007) mostra que enquanto uma cultura tradicional do território, como o milho, a soja, o trigo etc., pode chegar a gerar, no máximo, R\$ 400,00 por ha, as agroindústrias familiares de frutas e de cana-de-açúcar podem chegar até R\$ 4.000,00 por ha.

desenvolvimento do território do Médio Alto Uruguai (RS). A agroindustrialização da matéria-prima da agricultura familiar surge inicialmente do conhecimento e das necessidades dos colonos de se alimentarem e conservarem os seus produtos. Esse processo deve ser entendido, pois, além de os colonos trazerem consigo os conhecimentos e as técnicas de produção dos alimentos processados, também possuem necessidades alimentares que são baseadas na produção e no consumo próprio dos seus alimentos, tanto *in natura* como processados.

Outras vezes, o que ocorre é o desenvolvimento de alimentos processados e que podiam ser conservados para consumo em períodos futuros, como é o caso muito conhecido da conservação da carne de suíno na sua própria gordura. Isso foi um aspecto muito importante no nascimento da agroindústria, contudo, o processo de agroindustrialização da produção da agricultura familiar talvez não tivesse sido alavancado se não se agudizasse a crise do padrão produtivista de desenvolvimento no território. Desse modo, se, por um lado, o desenvolvimento capitalista na agricultura gerou fragilização e empobrecimento nas famílias rurais, por outro, levou os agricultores a buscar alternativas, dentre as quais, a agroindustrialização. Assim, um mesmo processo social gerou efeitos distintos sobre os atores sociais nele imbricados.

Uma preocupação crescente deve ser com o desenvolvimento e o grande número de agroindústrias atuando de forma ilegal. A informalidade, ou seja, empreendimentos atuando no processamento e na comercialização de produtos alimentares que não possuem liberação dos órgãos de fiscalização, é um dos maiores problemas dessa atividade econômica e produtiva no território, como os dados da pesquisa mostraram. A ilegalidade da atividade, seja ela da espécie que for (ambiental, sanitária, fiscal etc.) é, por um lado, um fator limitante ao crescimento e expansão da

estratégia de reprodução social da agricultura familiar, e, por outro, traz consigo a falta de garantia de qualidade aos consumidores que adquirem os produtos e que podem desenvolver inclusive problemas de saúde. Além disso, urge que os atores sociais de desenvolvimento, os técnicos da área de alimentos e as lideranças políticas do território e de fora dele incluam na sua agenda de compromissos o auxílio ao processo de legalização dos empreendimentos de forma que os agricultores familiares tenham neles um apoio e uma fonte de informações confiáveis sobre como proceder para colocarem as suas unidades agroindústrias de acordo com a legislação.

Outro problema que as agroindústrias enfrentam é a falta de matéria-prima suficiente para a elaboração dos seus produtos. Isso decorre do fato de o grupo familiar que trabalha nos empreendimentos, geralmente, ser pequeno, havendo muitas vezes falta de força de trabalho nas unidades. Desse modo, o grupo familiar não consegue dar conta de todas as operações e processos envolvidos na fabricação de um alimento, mesmo naqueles casos em que há alguns empregados contratados. Isso acontece em virtude à atividade agroindustrial ser, por definição, uma atividade que demanda um tempo de trabalho maior e com maiores habilidade e saberes do que a prática da agricultura. Além disso, são várias etapas em que a família tem que trabalhar, indo desde a produção da matéria-prima, a sua obtenção, o processamento dos diferentes produtos elaborados, até sua comercialização e ainda a gestão de toda a propriedade em que se desenvolve a atividade.

Desse modo, a produção da própria matéria-prima é dificultada nas unidades, o que faz com que os empreendimentos tenham que recorrer à compra de diferentes fontes. A aquisição da matéria-prima fora das unidades agroindustriais caracteriza-se como uma externalização do processo de produção, como

definiu Ploeg (1990; 1992), e faz com que as agroindústrias tornem-se cada vez mais dependentes desse fornecimento exógeno. Além disso, a compra de matéria-prima faz com que os empreendimentos aumentem os seus custos produtivos de forma direta, visto que as agroindústrias familiares, por serem unidades com pouco capital de giro e que produzem em pequena escala, não possuem condições de enfrentar, por exemplo, um processo de encarecimento da matéria-prima por parte dos seus fornecedores.

Isso tanto é verdade que o elevado custo de produção é o maior problema enfrentado pelas agroindústrias na esfera produtiva. Assim, esses dois processos, a externalização juntamente com o alto custo da matéria-prima adquirida fora das unidades agroindustriais, no médio ou longo prazo, podem comprometer o processo de reprodução social dos empreendimentos. Mas, o mais importante é que, no momento em a agricultura familiar passa a adquirir grandes proporções da matéria-prima que utiliza na fabricação dos alimentos processados, ela está deixando cada vez mais de ser familiar, ou seja, perde a sua lógica familiar, podendo ser definida até como uma empresa ou uma indústria que compra uma mercadoria para transformá-la agregando valor e revendê-la sob outra forma.

Afora tais problemas, a agroindústria familiar é uma estratégia de reprodução social muito importante para as famílias rurais do território, principalmente do ponto de vista econômico, social e produtivo. Do lado econômico e produtivo, esta atividade é sinônimo de geração de divisas, de rendas e de empregos para o território e os agricultores que a praticam. Os dados da pesquisa CAAF são bem claros nesse sentido e apontam que a atividade possui um enorme potencial de geração de renda junto às famílias, várias vezes maior que as demais atividades agropecuárias, por exemplo,

se comparada à agricultura produtora de grãos e cereais. Isso reafirma a agroindústria familiar como uma estratégia econômica e produtiva consistente de reprodução social das famílias e a coloca no centro do debate como uma estratégia de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazos para os espaços rurais do território.

De outro lado, essa atividade, gerando renda, empregos e ocupações para a população rural do território, ajuda a sustar os fluxos migratórios deste local, que vinham se aprofundando desde meados dos anos 1970 com o incremento do processo de mercantilização da agricultura familiar e a sua consequente fragilização social. Desse modo, a agroindústria cumpre um papel social importantíssimo, qual seja, o de manter o homem no espaço rural trabalhando, produzindo alimentos e vivendo com a sua família.

Ainda do ponto de vista produtivo, a pesquisa mostra que a agroindústria familiar é uma fonte potencial de produção de sabores, aromas, gostos e produtos diferenciados sem precedentes. E muitos dos alimentos processados pelos empreendimentos são ecológicos, orgânicos ou agroecológicos, como se usam chamá-los, pois possuem, em muitos casos, todo o seu processo produtivo assentado na nãoutilização de pesticidas, insumos químicos e outros produtos derivados da indústria da modernização agrícola. Isso, do ponto de vista da preservação da naturalidade dos alimentos e dos benefícios gerados à saúde com o seu consumo, são uma fonte de riqueza inestimável. Além disso, a pesquisa mostra que foram encontrados 75 produtos diferentes que são colhidos, elaborados e processados pelos 106 empreendimentos levantados, demonstrando a grande diversidade de produtos que a agricultura e a agroindústria familiar podem produzir e fornecer para a população do território, cumprindo outros papéis importantes num

esquema maior de desenvolvimento do local, como, por exemplo, o de ajudar a garantir a segurança alimentar da população que adquire e se alimenta com estes produtos.²⁴

Referências bibliográficas

- ALTMANN, R. *A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concessão da produção e a seleção de produtores*. Florianópolis, 1997.
- BRDE. *Redes de agroindústrias de pequeno porte: experiências de Santa Catarina*. Florianópolis: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Gerência de Planejamento de Florianópolis, 2004.
- CODEMAU (Conselho de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai). Disponível em www.fw.uri.br/codemau, acesso em março de 2007.
- CONTERATO, M. A. *A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 2004.
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FEE. (Fundação de Economia e Estatística). Núcleo de Contabilidade Social, 2001. Disponível em < [http:// www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)> Acesso em 09/04/2004.
- GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 2004.
- GAZOLLA, M. Apostila didática de Gestão Rural I: Conceituação básica. Universidade Federal de Santa Maria (CAFW-UFSM). Material teórico de aula não publicado, Frederico Westphalen, 2006.
- HOFMANN, R. *et al. A administração da empresa agrícola*. Pioneira: Economia-Estudos Agrícolas, 7ª ed. São Paulo, 1987.
- IBGE. *Censo Demográfico*, 2000.

²⁴ Tanto isso é verdade que vários dos empreendimentos pesquisados vendem seus produtos para o Programa Fome Zero do Governo Federal que os repassa para creches, escolas, hospitais, famílias carentes etc. de vários municípios do norte gaúcho.

- MARKOSKI, A., CALEGARO, C. A. Perfil socioeconômico e mercadológico das agroindústrias da Região do Codemau. *Série Pesquisas Sociais Aplicadas*. Editora da URI: Frederico Westphalen, 2006.
- MDA. *Estudo da matriz produtiva do território do Médio Alto Uruguai*. Diagnóstico para elaboração do plano safra territorial. Apresentado durante plenária do território do Médio Alto Uruguai. Frederico Westphalen, 2007.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.
- OLIVEIRA, J. A. V. et al. *Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina*. Florianópolis: CEPAGRO, 1999.
- PELEGRINI, G. *Estudo dos fatores condicionantes do processo de formação e atuação das associações de agroindústria familiar*. Dissertação de Mestrado, CPGEXR/UFSM, Santa Maria, 2003.
- PELLEGRINI, G., GAZOLLA, M. *Caracterização e análise das agroindústrias familiares da Região do Médio Alto Uruguai* (CAAF, 2006). Relatório Final de Pesquisa. Edital FAPERGS 001/2005-PROCOREDES, Frederico Westphalen, 2007.
- PIRAN, N. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim: EdiFAPES, 11, 2001. (Série Pensamento Acadêmico).
- PLOEG, V. D. J. D. *Labor, Markets, and Agricultural Production*. Boulder, San Francisco/ Oxford: Westview Press, 1990.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Grupo de trabalho interministerial de inspeção e fiscalização sanitária de alimentos*. Relatório Final, Portaria Interministerial n. 220, de 29 de março de 2005, 2005.
- PRESOTTO, L. L. *Principais procedimentos para registrar uma pequena agroindústria*. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília, janeiro de 2001.
- RELATÓRIO DE ESTUDO ESPECIAL. *Diagnóstico e potencial das agroindústrias familiares do estado do Rio Grande do Sul*. Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.
- RÜCKERT A. A. et al. *A construção do território na região de Ronda Alta: ocupação e colonização: 1831-1996*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ronda Alta, 1999.
- SACCO DOS ANJOS, F.; SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade (AFDLP)*. Pelotas, 2003. Relatório Final-Projeto de pesquisa CNPq-UFPel (PPGA)/UFRGS (PGDR).
- SANTOS, R. C. et al.. *Caracterização das agroindústrias familiares localizadas na área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira*

- do Mercosul. *Revista da Emater: Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Porto Alegre: v. 2, n. 1/2, jan./ago., 2006.
- SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 39, n. 3, jul./set., 2001.
- _____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (ed.) *Ecología, Campesinato y Historia*. Espanha: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.
- WAIBEL, L. Princípios de colonização europeia no sul do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 11, n. 2. IBGE, Rio de Janeiro, 1949.
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UNB, 1997.

PELEGRINI, Gelson e Marcio Gazolla. A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Outubro de 2009, vol. 17, n. 2, p. 332-378, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar*). O presente artigo aborda o processo de agroindustrialização da produção da agricultura familiar no norte gaúcho, com ênfase no território do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (RS). O objetivo é analisar a chamada agroindústria familiar deste local, desde o seu processo histórico de surgimento e constituição, até as potencialidades e os problemas atuais, como a legislação, a produção de matéria-prima, as rendas geradas, os produtos produzidos etc. O texto conclui que a agroindústria familiar é uma estratégia de reprodução social e de desenvolvimento rural importante da agricultura familiar, pois esta é responsável pela fixação das famílias no campo, pela diversificação de atividades produtivas nas propriedades rurais, pela geração de renda nas famílias, dentre outros papéis que esta cumpre.

Palavras-chave: agroindústria, agricultura familiar, reprodução social, desenvolvimento rural.

Abstract: (*Agroindustrialization as a strategy for social reproduction in family agriculture*). The present article approaches the process of agroindustrialization in family farming production in the North of Rio Grande do Sul (RS), with emphasis on the Alto Médio Uruguai territory in RS. The aim is to analyse the so-called family agroindustry in this locale, from its historical process of appearance and establishment through aspects such as its potentials and current problems, such as legislation, production of raw material, incomes generated, products manufactured, and so on. In the article family agroindustry is understood as a strategy of social reproduction of family farming. We conclude that family agroindustry is a strategy of social reproduction and important for rural development of family farming, because it is responsible for keeping families in the countryside, for diversification of productive activities in rural properties, and for household income generation, besides other roles it plays.

Key words: agroindustry, family farming, social reproduction, rural development.